

# Objetividade jornalística e perspectiva de gênero: Tensões e deslocamentos

## *Journalistic objectivity and gender perspective: Tensions and displacements*

JESSICA GUSTAFSON<sup>a</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, Brasil.

DAIANE BERTASSO<sup>b</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Jornalismo e Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis – SC, Brasil.

### RESUMO

Busca-se compreender a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo e as implicações do feminismo relacionadas à objetividade jornalística na sua prática por meio da análise do trabalho das jornalistas do portal Catarinas, da região Sul do Brasil. O método é o estudo de caso, com observação participante na produção das notícias no portal e a realização de entrevistas em profundidade. A análise demonstrou a existência de rupturas e tensões na lógica masculinista do jornalismo. A objetividade jornalística está presente em praticamente todas as decisões, mas em constante tensão, seja por meio da escolha das pautas, dos enquadramentos das notícias, na relação mais próxima com as fontes e até mesmo na escolha por não prosseguir com uma pauta diante de possíveis consequências na vida das pessoas envolvidas. Esses deslocamentos indicam a possibilidade de existência de uma objetividade feminista no jornalismo.

**Palavras-chave:** Jornalismo, feminismo, estudos de gênero, objetividade jornalística, Portal Catarinas

### ABSTRACT

It is sought to understand the construction of a gender perspective in journalism and the implications of feminism related to journalistic objectivity in its practice by the analysis of the work of journalists at Portal Catarinas in the southern region of Brazil. The method involves a case study with participant observation in the production of news at portal and in-depth interviews. Analysis showed the existence of ruptures and tensions in the masculinist logic of journalism. Journalistic objectivity is present in practically all decisions but in constant tension, whether due to the choice of guidelines, the framing of news, the closest relationship with sources, and even the choice not to proceed with an agenda in the face of possible consequences in the lives of those involved. These displacements indicate the possibility of a feminist objectivity in journalism.

**Keywords:** Journalism, feminism, gender studies, journalistic objectivity, Portal Catarinas

<sup>a</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o grupo de pesquisa TRANSVERSO: estudos em jornalismo, interesse público e crítica (UFSC/CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7056-9046>. E-mail: [je.g.costa@gmail.com](mailto:je.g.costa@gmail.com)

<sup>b</sup> Professora no Departamento de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É uma das líderes do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq/UFSC TRANSVERSO: estudos em jornalismo, interesse público e crítica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7528-3709>. E-mail: [daianebertasso@gmail.com](mailto:daianebertasso@gmail.com)

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p171-196>

V.18 - Nº 1 jan./abr. 2024 São Paulo - Brasil GUSTAFSON | BERTASSO p. 171-196

MATRIZES

171



INVESTIGAMOS A CONSTRUÇÃO de uma perspectiva de gênero no jornalismo, indagando quais implicações da proposta feminista das jornalistas do portal Catarinas: Jornalismo com Perspectiva de Gênero, criado em 2016 em Florianópolis/SC, Brasil, demonstradas a partir de suas práticas, possibilitam a problematização da objetividade jornalística. A compreensão de tais implicações se deu por meio da observação da rotina de produção das notícias do portal e dos posicionamentos das jornalistas expressos nas entrevistas em profundidade, realizadas em fevereiro e março de 2018 (Costa, 2018)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Este artigo traz uma síntese da pesquisa de dissertação de Jessica Gustafson Costa (2018) “Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo”, publicada em livro intitulado *Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo* (Gustafson, 2019).

Partimos do pressuposto de que a redução das desigualdades de gênero passa por mudanças nos discursos que significam e constroem as realidades sociais. Enquanto uma instituição social, o jornalismo, ao lado da escola, da igreja, da ciência e das leis, produz discursos repetidos sobre posições de normalidade e de diferença, definindo os sujeitos que podem ser reconhecidos como normais e os que se distanciam desse padrão. Assim, como destaca Guacira Lopes Louro (2008), estas instâncias inscrevem nos corpos as marcas e normas que devem ser seguidas.

Os discursos dessas diversas instituições não só refletem e representam a sociedade, mas também significam, constroem e modificam sentidos, não havendo uma única ordem do discurso (Fairclough, 2001). Consideramos também que o jornalismo se utiliza de estratégias discursivas na direção de (des)construir o senso comum, de modo a articular outras ideologias (Moita Lopes, 2006). Percebemos que nos últimos anos a imprensa tem dado destaque às temáticas de gênero e sexualidade, refletindo uma mobilização mais ampla da sociedade e, principalmente, dos movimentos feministas.

Por outro lado, essa atenção pontual parece esconder uma premissa importante, que é o fato de o jornalismo falar sobre gênero e sexualidade sempre, em todas as suas matérias, pois trata sobre sujeitos desde sempre generificados, sexualizados e racializados, como afirma Judith Butler (2015). A produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens específicas sobre gênero, mas quando aborda política, economia, saúde etc., até mesmo quando escolhe quais repórteres serão designados para cada pauta e as fontes a serem ouvidas, porque, para lembrar Joan Scott (1995), gênero é a forma primeira de significar as relações de poder. Embora essa maneira de entender o gênero e sua ligação com o poder se refira a uma visão ocidentalista e localizada, como apontam algumas teóricas decoloniais, ainda assim entendemos que ela é potente para compreender a generificação presente no contexto atual.

A produção desses sentidos e significados que envolvem o jornalismo e a sociedade como um todo tem a cultura, com seu sistema de valores, como denominador comum. Dessa forma, o jornalismo pode ser entendido como um

“conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (Veiga da Silva, 2014, p. 63).

A conclusão de Veiga da Silva (2014) ao realizar um estudo de *newsmaking* na redação de um telejornal, de que o jornalismo tem gênero – o masculino –, é um dos pressupostos centrais da discussão aqui proposta. Conforme a autora, a generificação acontece a partir da reprodução das relações de gênero e de poder hegemonicamente prevalentes na cultura, tanto nas relações dentro das redações quanto nas notícias produzidas, refletindo em hierarquias e desigualdades. Ela considera ainda que todos os tipos de conhecimento jornalístico são perpassados por uma racionalidade constituída de forma predominante a partir de um paradigma moderno e de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade. E são os procedimentos jornalísticos para obtenção de informações os principais modos de agregar valor de veracidade às notícias, orientadas pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade (Veiga da Silva, 2014; 2015).

A objetividade jornalística, enquanto um fundamento da profissão, está relacionada a valores inerentes à prática, como o apartidarismo e o equilíbrio; a procedimentos epistemológicos, como a transparência e o rigor; aos valores estéticos, como clareza e concisão do texto; e a valores éticos, como a justiça (Demeneck, 2009). O fundamento também sugere que os fatos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas teriam o potencial para se distanciar dos acontecimentos por meio da linguagem neutra e das técnicas de reportagem.

Essa concepção, que resultaria numa visão imparcial dos fatos, está sujeita a muitas das mesmas críticas que têm sido dirigidas contra o positivismo (Hackett, 1999), principalmente no campo da ciência. Como destaca Cremilda Medina (2008), os princípios positivo-funcionalistas se disciplinaram metodologicamente nas práticas comunicacionais e científicas ao mesmo tempo. Dessa forma, as heranças do pensamento moderno estão presentes ainda na prática jornalística.

Nessa perspectiva positivista, o jornalista só é visto como objetivo – e idealmente classificado como neutro e imparcial – quando reproduz o senso comum e os valores hegemônicos da sociedade, romantizando a prática jornalística e enaltecendo essas características nos discursos dos editoriais, comentários etc. Qualquer tentativa de transformação social mais posicionada, a partir da problematização de hierarquias e desigualdades sociais, principalmente as que se referem a gênero, implica no rótulo de jornalista tendencioso (Hackett, 1999).

Assim, entendemos que os valores inerentes à racionalidade moderna e ao positivismo, refletidos no fundamento da objetividade jornalística, precisam ser tensionados na produção de notícias, sendo o nosso foco nesta pesquisa a produção

de notícias por jornalistas feministas. Partimos das contribuições da bióloga e feminista estadunidense Donna Haraway (1995), que se debruçou sobre um fundamento comum na ciência e no jornalismo: a objetividade. Para ela, a pesquisa feminista acadêmica tentou repetidas vezes responder o que se queria dizer com o termo, com o intuito de desmascarar as doutrinas da objetividade porque elas ameaçavam um sentimento crescente de subjetividade e a atuação histórica coletiva.

Considerando as ambiguidades escorregadias da palavra “objetividade”, o que a pesquisadora propõe não é o seu descarte, mas a sua ressignificação a partir da ideia de objetividade corporificada. Para Haraway, isso significa saberes localizados a partir de uma perspectiva parcial e de localização limitada, que nos torne responsáveis pelo que aprendemos a ver:

... a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. (Haraway, 1995, p. 21)

A formulação trazida pela autora fornece lastro para pensar que somente a inclusão de mulheres nas distintas áreas de conhecimento e profissionais não basta para a redução das desigualdades de gênero. É necessário refletir tanto sobre as técnicas de trabalho quanto sobre os conceitos que direcionam as práticas. Questionar os já questionados fundamentos do jornalismo a partir de uma perspectiva de gênero significa a possibilidade de mudar o olhar sobre a profissão e redefinir suas técnicas e objetivos.

Pensamos o mesmo em relação à objetividade corporificada, que acreditamos ser uma forma de deslocamento do conceito do paradigma positivista. Da mesma forma, concordamos com o que propõe Fabiana Moraes (2022) ao refletir sobre um jornalismo de subjetividade. De acordo com ela, o subjetivo faz parte do que nos afeta e marca o que entregamos como produto jornalístico. Porém a subjetividade não está relacionada apenas ao plano individual, mas na relação desse “eu” com a coletividade, com as relações sociais, com a cultura.

Consideramos a hipótese de que as jornalistas do portal Catarinas não rompem completamente com a objetividade jornalística, mas a ressignificam a partir das suas perspectivas ativistas. Supomos, ainda, que o posicionamento delas dialoga com o conceito elaborado por Donna Haraway (1995) sobre a objetividade corporificada. Foi possível constatar, como será demonstrado na análise desenvolvida, a confirmação das hipóteses levantadas.

O portal Catarinas tem despertado a atenção de pesquisadoras em análises sobre o jornalismo feminista e a perspectiva de gênero. Francielli Esmitiz

da Silva (2019) aborda a produção do veículo e a circulação dos conteúdos jornalísticos a partir de suas práticas comunicacionais no site do portal e em redes sociais. Considera que o trabalho das jornalistas adquire um papel na democratização da comunicação ao colocar em circulação informações relacionadas aos direitos das mulheres. Amplia o diálogo com outras fontes e, assim, incentiva a participação de mais agentes sociais na circulação de informação.

Clarissa do Nascimento Peixoto (2019) situa o portal como um jornalismo de “novo tipo” por sua atuação fora da mídia hegemônica, que compartilha com outros veículos a busca por alternativas de produção e circulação de notícias. Entre as suas considerações está que o Catarina preencheu uma brecha na que se refere às abordagens de gênero no jornalismo, mas ainda apresenta como desafio a manutenção da periodicidade de produção das notícias. A falta de um modelo de financiamento sustentável resulta em dificuldades para manter um trabalho regular e até mesmo para alcançar mais leitoras e leitores.

Isabella Bergo Costa (2022), em estudo comparativo de dois portais feministas, o Catarina e o Feminacida, da Argentina, analisou a atuação dos coletivos no Instagram com o intuito de perceber as subversões nas práticas comunicacionais hegemônicas e a relação dos conteúdos publicados com as propostas do feminismo decolonial. A pesquisadora considera que a possibilidade de comunicar para além de uma matriz de poder e inteligibilidade eurocêntrica dentro de uma plataforma como o Instagram é um movimento de resistência e de insistência em uma prática comunicacional mais justa.

Já Barbara Maria Popadiuk e Karina Janz Woitowicz (2021) pesquisaram a atuação feminista nos veículos Gênero e Número, Portal Catarina e Revista Azmina, com o intuito de perceberem como são mobilizadas as temáticas de gênero na produção jornalística, considerando que existem singularidades na construção de uma perspectiva de gênero nessa profissão. Entre os resultados das autoras está o protagonismo de mulheres nas notícias produzidas e o uso de fontes testemunhais. Especificamente em relação ao Portal Catarina, perceberam sua proximidade com o movimento social e feminista, demonstrando um perfil mais ativista e engajado.

Influenciadas pela crítica feminista e acreditando nas possibilidades transformadoras da construção de uma epistemologia feminista, propomos, diferentemente dos estudos apresentados anteriormente, uma reflexão sobre o fazer jornalístico e os fundamentos que sustentam a sua conduta, em especial o da objetividade, com o acompanhamento da rotina de produção do Catarina.

Desse modo, a escolha do portal se deu por sua singularidade e proximidade geográfica. Muitos coletivos feministas no Brasil trabalham com a elaboração de conteúdos jornalísticos, mas com menor regularidade e voltados principalmente para a crítica da mídia tradicional ou para a opinião. A produção regular

do veículo e a qualidade das matérias, que são bastante contextualizadas e apresentam uma grande pluralidade de fontes, demonstram que as jornalistas estão atentas às técnicas da profissão, figurando como um diferencial entre os outros sites feministas que produzem conteúdo.

Por ser um estudo sobre práticas jornalísticas que buscou saber as escolhas e motivações das jornalistas durante a construção das notícias, a pesquisa se insere nos estudos de *newsmaking* (Travancas, 1992; Tuchman, 1999; Veiga da Silva, 2014; Wolf, 1994), com foco nas rotinas produtivas. A metodologia é a pesquisa qualitativa, com a realização de um estudo de caso, método que privilegia as particularidades dos fenômenos em seus contextos complexos (Yin, 2005). Entre as especificidades do portal está a proposta de trabalhar com a construção da notícia, produto central do jornalismo. Optou-se pelas técnicas de observação participante (Peruzzo, 2015) em pautas pontuais, em que foram agendados encontros pelo WhatsApp. Ainda se utilizou o método e as técnicas da entrevista em profundidade (Duarte, 2015).

A apresentação dos resultados da análise dos dados a partir da observação participante (Peruzzo, 2015) e das entrevistas em profundidade (Duarte, 2015), articulada com o referencial teórico escolhido, foi organizada em seis categorias: 1) A objetividade corporificada na construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo; 2) A objetividade corporificada na subversão da lógica das fontes – as mulheres enquanto fontes privilegiadas; 3) A objetividade corporificada na relação com o movimento social – a demarcação da autonomia jornalística; 4) A objetividade corporificada no cuidado das jornalistas com as fontes; 5) A objetividade corporificada na construção coletiva das pautas – exercício e necessidade; 6) A objetividade jornalística corporificada – reafirmação e questionamento. Ao interpretar as respostas das jornalistas e suas motivações para as decisões relativas às práticas refletidas nessas seis categorias podemos perceber a existência de rupturas e tensionamentos na lógica masculinista do jornalismo (Veiga da Silva, 2014), assim como a manutenção de certas práticas cristalizadas no campo e ideais relacionados ao compartilhamento de uma cultura profissional. Ao valorizar os deslocamentos existentes, propõe-se a existência de uma objetividade feminista no jornalismo.

#### **PORTAL CATARINAS: JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO**

O portal Catarinas é definido em sua linha editorial como veículo de jornalismo especializado em gênero, mas, como veremos a seguir, a compreensão das jornalistas sobre seu próprio trabalho varia e extrapola essa definição. Foi criado em 2016, na região Sul do Brasil, a partir de uma campanha de financiamento

coletivo. A sua proposta reflete sobre o jornalismo enquanto um direito e os direitos humanos como uma premissa básica para a produção jornalística. Define-se como “O jornalismo-direito se reforça em detrimento do jornalismo-produto, demonstrando que o seu exercício deve ser atraído pela vontade de contar o tempo presente a partir das mais diversas vozes, dos mais diversos pontos de encontro e desencontro, das mais diversas perspectivas.” (“Jornalismo Catarinas”, 2016).

A jornalista Raquel<sup>2</sup>, uma das idealizadoras do portal, conta que a proposta foi construída com Patrícia, ex-colega da faculdade de Jornalismo, e Luíza, ativista que não está mais no coletivo. O contato entre elas era antigo, fruto da atuação nos movimentos sociais e feminista. Raquel e Patrícia já “penduravam” matérias em outra plataforma de jornalismo independente, mas sentiram a necessidade de investirem um portal com foco na perspectiva de gênero. Foi no movimento Primavera feminista<sup>3</sup>, em 2015, que as duas jornalistas se reencontraram e perceberam que compartilhavam uma mesma vontade de construir uma plataforma ligada às temáticas de gênero. Decidiram, então, apresentar a ideia para Luíza, que foi considerada um aporte tanto da militância feminista quanto da academia.

Após alguns encontros entre as três, ficou definida a proposta de desenvolver um portal que pudesse ser um guarda-chuva que abarcasse a produção de conteúdo, a curadoria de informação e a observação dos debates públicos sobre o tema, principalmente aqueles desencadeados pelos meios de comunicação tradicionais. Para dar materialidade às produções, as três criaram um núcleo executivo e convidaram outras mulheres para fazerem parte dessa empreitada, com a criação de um conselho editorial que desse suporte à produção e divulgação de conteúdo. Nessa etapa, a jornalista Glória, também com forte atuação no movimento feminista, passou a fazer parte do coletivo. As quatro formaram, então, o núcleo do portal Catarinas.

As contribuições de Glória para a consolidação do portal, com prática na produção de conteúdo jornalístico, também estão relacionadas à sua experiência anterior em discussões sobre a mídia e o feminismo, quando participou da construção de alguns seminários Mulher e Mídia, que acontecem nacionalmente, promovidos pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com outras entidades. Nesse contato com movimentos feministas de outros estados, passou a conhecer iniciativas de jornais feministas que estavam sendo distribuídos e a ter vontade de fazer algo semelhante no Sul do País.

Alguns entraves destacados por ela para a consolidação das iniciativas são bastante interessantes para refletir sobre o contexto em que o portal Catarinas surge e se estabiliza. Para Glória, nos anos anteriores, dentro de um coletivo que era de ativistas e militantes, tornava-se muito difícil atrair jornalistas. Ela atribui essa dificuldade à formação jornalística, que sempre orienta um distanciamento

<sup>2</sup> O nome das jornalistas não foi revelado nessa pesquisa, sendo utilizada nomenclatura fictícia, na tentativa de garantir o anonimato delas.

<sup>3</sup> A chamada Primavera das mulheres ou Primavera feminista marcou o ano de 2015 e representou um momento em que o feminismo ganhou terreno e força política em grandes marchas contra retrocessos no que se refere aos direitos das mulheres: “Em 2015, as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013, apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais” (Bogado, 2018, p. 29).

com movimentos políticos, de não se construir um vínculo militante: “*essa defesa da tal isenção jornalística, você precisa ser uma pessoa neutra*” (Glória).

Com uma ampliação na sociedade dos debates feministas nos anos seguintes, a proposta de agregar jornalistas na produção de notícias com perspectiva de gênero foi então colocada em prática com a formação de uma equipe de profissionais engajadas nessa articulação. Além de Raquel, Patrícia e Glória, o núcleo do portal é composto pela jornalista Ângela e a fotógrafa e colunista Vivian, além das contribuições da videomaker Laura, que produziu o vídeo para o lançamento da iniciativa e segue atuante no coletivo. Existe ainda a colaboração de outras jornalistas, mas de maneira mais pontual, em eventos específicos.

O site conta também com 22 colunistas e um conselho editorial formado por seis mulheres, profissionais de diferentes áreas de atuação. É nessa composição do grupo de colunistas e do conselho que observamos maior diversidade entre as integrantes, principalmente no que se refere à raça, com a participação de mulheres negras, assim como mulheres lésbicas e uma mulher transexual<sup>4</sup>. Entre as entrevistadas, responsáveis pelo núcleo da produção jornalística durante a realização da pesquisa, todas são mulheres cis e brancas. No que se refere à sexualidade, a maioria delas se identifica com experiências sexuais que extrapolam a heterossexualidade.

<sup>4</sup>Em 2018 o portal passa a contar com uma mulher indígena em seu conselho.

## A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO

Em sua linha editorial, o Catarina diz que pretende dialogar com diversas linhas teóricas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade, sendo o primeiro portal de notícias do Brasil voltado à abordagem de gênero, feminismos e direitos humanos. A partir dessas informações, interessamo-nos em saber como as profissionais definem o jornalismo que praticam e como entendem o fazer jornalismo com perspectiva de gênero. Abordando esse tema, pudemos perceber também como algumas delas interpretam o papel do jornalismo na sociedade e, conseqüentemente, as práticas negativas existentes dentro do campo. Nesse sentido, é importante destacar que a baliza para as suas práticas também é permeada pela oposição às práticas da mídia tradicional consideradas negativas pelas jornalistas. Ou, retomando Stuart Hall (2000), a identidade delas, enquanto jornalistas e feministas, é construída pela diferenciação daquilo que elas não são – a diferença em relação ao jornalismo hegemônico.

A ideia de enquadrar o portal como jornalismo com perspectiva de gênero veio de Patrícia, no intuito de ampliar as abordagens e não as restringir, sendo bastante dialogada com as outras integrantes, considerando que as fronteiras entre academia e movimento social são permeáveis, de diálogo e compartilhamento. Assim, a motivação foi trabalhar o enfoque de gênero nas pautas jornalísticas:

*“Tudo que é ligado a gênero é ruim para os conservadores, quando se fala em gênero cria-se todo um estigma, então a gente quis trabalhar, ressignificar isso para a sociedade . . .”* (Patrícia).

Ao trazer para a definição do portal a palavra “gênero”, termo em disputa atualmente e que tem sido constantemente atacado por setores conservadores da sociedade, elas demonstram o viés político da empreitada e o engajamento na disseminação do sentido que é defendido há décadas pelo movimento feminista. Para Patrícia, a demarcação da perspectiva também está relacionada a uma crítica às falhas do campo do jornalismo detectadas por elas, a partir da consideração de que o jornalismo em si deveria ter perspectiva de gênero, e não precisar ter uma especialidade: *“Mas aí a gente colocou isso no slogan para dizer: a gente tem, tá”* (Patrícia).

Conversamos sobre esse assunto com Raquel, que falou sobre a necessidade de pensar em reformular a proposta do portal, pois, ao tratar a perspectiva de gênero como uma especialidade do jornalismo, não se deixa nítida a diferença existente entre elas e o chamado jornalismo feminino, uma forma de especialização jornalística principalmente no seguimento de revistas e historicamente voltado para o público de mulheres, sem posições políticas muito demarcadas. Na compreensão de Raquel, o jornalismo que praticam transborda a ideia de especialidade. Ao tratar da superação da pauta e a fonte, entendemos que Raquel percebe que o jornalismo que elas estão realizando não está limitado a cobrir apenas as pautas do movimento feminista, mas também sobre questões que sempre foram invisibilizadas de modo geral e que não estão presentes na mídia hegemônica. Além disso, mesmo as pautas mais presentes no jornalismo tradicional podem ser contempladas no portal, mas sob outra perspectiva.

A definição de quais pautas devem ser abordadas por um jornalismo feminista é complexa, pois todos os assuntos que circulam na sociedade impactam a vida das mulheres, e por isso são temas que merecem ser tratados ou se enquadrariam no interesse das mulheres. Igualmente, as temáticas de gênero não devem ser consideradas assuntos voltados apenas às mulheres, e sim à sociedade de forma mais ampla, sendo direcionadas, pelo menos intencionalmente, a um público mais variado.

Deve-se destacar ainda que nas mídias convencionais as temáticas sociais são tratadas a partir de um prisma masculinista (Veiga da Silva, 2014). A perspectiva de gênero, então, pode ser contemplada em qualquer notícia no intuito de superar essa tendência. A abordagem dos fenômenos sociais sem uma perspectiva de gênero torna invisível os impactos específicos e diferenciais na vida das mulheres. É o que a pesquisadora argentina Sandra Chaer (2007) chama de transversalidade da perspectiva de gênero. É essa perspectiva que Raquel está querendo demarcar ao dizer que o jornalismo com perspectiva de gênero ultrapassa a fonte, a pauta e a ideia de especialidade, tornando-se uma perspectiva transversal.

A transversalidade que Raquel aborda está relacionada também à possibilidade de ser um espaço de narrativas construídas por mulheres, que foram historicamente minoria no registro da história e da atualidade. Esse olhar, que difere da perspectiva masculinista, mas que não é um jornalismo especializado em mulheres, parece indicar a tentativa de trazer outros pontos de vista para a construção da realidade a partir de práticas jornalísticas distintas: “*Porque se a gente acredita que está no patriarcado, acredita que as mulheres são instruídas de um jeito e os homens de outro, é óbvio que a gente vai ter uma prática distinta. . . . Que não é na perspectiva do masculino, mas que também supera essa perspectiva atual de feminino*” (Raquel).

Raquel não defende que estejam praticando um jornalismo que poderia ser chamado de feminino, embora demonstre valorizar as possibilidades de construir novas narrativas a partir desse olhar. Perguntamos para a repórter fotográfica Vivian se a perspectiva de gênero influencia na sua maneira de fotografar. Ela responde que não modifica muito, pois as temáticas já estão direcionadas para o feminismo, mas que existe um “*olhar feminino*” na busca pelas pautas.

Notamos que as duas falas apresentam entendimentos diferentes, contudo estão perpassadas por uma ideia que associa diretamente o feminino às mulheres, podendo levar a uma desconsideração de que muitas vezes as mulheres têm práticas masculinistas. A inclusão de mulheres no jornalismo, que já compõem 64% das redações do País (Bergamo et al., 2012), não impactou diretamente nas práticas jornalísticas, e a perpetuação de um enfoque normativo sobre as questões de gênero continua nos conteúdos veiculados pela imprensa.

Se não há reflexão sobre as assimetrias e relações desiguais de poder entre o masculino e o feminino, as mulheres e os homens tendem a reproduzir os valores que circulam na sociedade. O que observamos nas práticas e no conteúdo do portal Catarinas não é apenas olhar feminino, mas um olhar feminista, que percebe as desigualdades de gênero e as relações de poder implicadas na desvalorização do feminino em todas as esferas e busca formas para superá-las.

Considerando o jornalismo que praticam enquanto um projeto em construção, a jornalista Glória afirma que é um exercício diário de experimentação e destaca como mérito da proposta do portal ser um espaço para o exercício do fazer jornalístico para que todas possam amadurecer juntas. Como algumas das profissionais nunca trabalharam em redação de jornal antes, ela diz que o portal também é um espaço de aprendizado, de construção coletiva, até mesmo para estudantes que estão colaborando.

Glória diz que, quando a iniciativa foi lançada, chegou até elas uma demanda represada de conteúdos diversos que precisavam “*ter experimentada a perspectiva de gênero no tratamento*”. Assim, algumas pautas mais aprofundadas acabam sendo um pouco atrasadas pelas notícias. A partir do momento em que tiveram

contato com a multiplicidade e quantidade de pautas, diversos questionamentos surgiram: “Ok, em uma pauta política, como que a gente vai tratar? Quais são os cânones jornalísticos que a gente vai manter nos processos de fonte, de seleção de informação, de edição? E o que a gente não vai manter?” (Glória).

Sobre os dilemas cotidianos, Glória diz que se questiona sobre até que ponto elas estão mantendo as estruturas na apuração, nas fontes e no texto. Raquel conta que suas escolhas são muito intuitivas, não estando relacionadas com teorias, e que procurou o mestrado para tentar entender teoricamente o que elas estão fazendo. Ela se pergunta: “será que realmente promovemos uma ruptura?”. Essa é uma reflexão importante para as integrantes, considerando que suas práticas estão em constante construção.

Por outro lado, observamos também que existem valores que elas enxergam no jornalismo que lhes são bem caros e até um pouco idealizados, como fica nítido na expressão “jornalismo raiz”, utilizada por Raquel e repetida por Ângela, ao demarcar o posicionamento delas na construção da notícia, ao contrário da mídia hegemônica, que tenta camuflar suas posições. Há o olhar humano que direciona as pautas:

*Tem uma diferença nesse jornalismo. . . . É um jornalismo de respeito, um jornalismo humano, . . . que a gente não esconde, não precisa a gente passar o tom de neutralidade. . . . A gente tem um posicionamento e isso não precisa vir escrachado, com frases, que nem a gente usa no movimento sindical, com jargões, mas ele na própria construção da matéria você percebe que construiu a partir de uma perspectiva que a gente tem. . . . A gente quer dizer que tem um lado, mas isso não impede da gente exercer o jornalismo na raiz. (Ângela)*

A escolha pela especificidade da notícia na definição do portal também é perpassada por esse ideal do jornalismo raiz, como na resposta de Raquel sobre o assunto: “. . . A gente é muito bola de fogo, se deixar a gente – de falar fico arrepiada – a gente faz isso o dia todo”. A adrenalina que o trabalho jornalístico gera é um dos componentes compartilhados com a comunidade profissional, assim como a capacidade de reconhecer as faces obscuras contidas em uma situação, o famoso “faro” que se refere a uma perspicácia noticiosa, como destaca Tuchman (1999), e presente em uma das falas de Ângela na apuração de uma matéria: “Vou tentar falar em off com advogada e ver se o meu faro tá correto” (Diário de campo).

Essa forte identificação profissional, por outro lado, parece levar a uma busca pela compreensão de quais são as boas práticas do campo, situadas em oposição ao jornalismo comercial e pouco abordadas dentro e fora da academia. Raquel afirma várias vezes que quer entender o que é o bom jornalismo, o “jornalismo maneiro”, porque ainda não sabe. O questionamento de Eduardo Meditsch (2001)

sobre como diagnosticar um organismo se não se tem claro como ele deve funcionar é pertinente para se refletir sobre as novas iniciativas jornalísticas. Na cátedra, como é possível notar nas falas das jornalistas do portal, ainda é defendida uma proposta idealizada do jornalismo, compartilhada também pelos profissionais, com um papel relacionado à formação da opinião pública, a atender ao interesse público e à vigilância dos poderes. O discurso de autolegitimação do jornalismo, como destaca Wilson Gomes (2009), além de configurar a identidade da corporação, tem a tarefa de convencer a sociedade de que sua existência é imprescindível para a democracia “porque é capaz de servir ao interesse público” (Gomes, 2009, p. 70). Na prática, o jornalismo comercial opera de forma muito próxima a qualquer outra empresa capitalista, mas o discurso sobre a função do campo se mantém o mesmo, é uma “estranha e inquietante inércia discursiva” (Gomes, 2009, p. 76).

Esse paradoxo dificulta a busca por definições sobre como deve funcionar esse outro tipo de jornalismo contra-hegemônico, abertamente posicionado, mas que não se comporta como uma assessoria de imprensa do movimento social, e que não se enquadra na lógica do mercado de notícias. Como fala Glória, as indefinições as “*obrigam a fazer diariamente esse exercício de delinear o que é o fazer jornalístico, quais são as pautas que a gente publica, o que são os procedimentos mesmo de construção das matérias*”.

A premissa do jornalismo enquanto um direito, previsto nos códigos da profissão com base no direito fundamental dos cidadãos à informação, impacta de forma direta no financiamento do portal e no entendimento de que os conteúdos publicados não serão restritos apenas aos assinantes. Além disso, reflete em produzir matérias que tragam informações importantes para as mulheres e que são silenciadas socialmente. A pauta do aborto é muito ilustrativa sobre isso, como explica Patrícia: “*Sobre o aborto previsto por lei, o Ministério da Saúde não divulga onde se faz esse serviço, quantos serviços no Brasil. E ele não divulga porque se ele divulgar, as mulheres vão acessar os direitos*”. A atitude do Estado de não informar está relacionada a um “temor” de que mulheres que não se enquadrem nos casos de aborto legal no Brasil mintam para realizar o procedimento, o que priva o acesso para todas. “É uma violação realmente dos direitos das mulheres, e isso precisa ser dito” (Patrícia).

Outra violação não abordada pela imprensa e que pouco circula na sociedade é a do sigilo médico nas denúncias de mulheres que chegam aos hospitais após realizarem o aborto. “*Porque quando um médico denuncia uma mulher, ele coloca em risco outras vidas. E tem uma omissão do estado brasileiro em relação aos acordos que é signatário, vários acordos internacionais que entendem que os países devem rever suas legislações restritivas*” (Patrícia). Com isso, o consenso

internacional de que o aborto até os três meses é um direito da mulher não está sendo trabalhado no Brasil, assim como o direito humano da mulher e o direito constitucional a um atendimento sigiloso nos hospitais.

Ao se oporem às práticas da grande mídia consideradas negativas, as jornalistas se defrontam com o grande desafio da crítica feminista, como destaca Sardenberg (2001), que é a necessidade de construção de outros princípios e práticas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos de grupos historicamente subordinados, entre eles as mulheres, pois um feminismo que destrói tudo pode ser perigoso (Alcoff, 1994).

### AS MULHERES ENQUANTO FONTES PRIVILEGIADAS

Ao tentar construir não somente outros preceitos jornalísticos, mas também outros enquadramentos e outras relações, no portal Catarinas as mulheres são as fontes privilegiadas. A proposta de trazer vozes que não figuram comumente como fontes na mídia tradicional é uma das grandes propostas desse jornalismo, no intuito de romper com os enquadramentos hegemônicos trazidos pela voz dos poderosos, entendidos como definidores primários por Stuart Hall et al. (1999). Contudo, faz-se necessário ressaltar que mesmo dentro do jornalismo alternativo as fontes femininas seguem sem ser as privilegiadas, perpetuando as assimetrias da mídia tradicional, conforme Vinhote et al. (2016).

Ângela conta que, desde a sua entrada no portal, as outras jornalistas recomendaram a ela que procurasse especialistas mulheres, “*que entendem sobre o tema e que muitas vezes não é dado o espaço*”. A partir disso, tentamos compreender quais mulheres são contempladas em suas matérias, se existe uma atenção à diversidade. A proposta de chegar às vozes não ouvidas não é fácil de ser concretizada, pois implica sair da zona conhecida e buscar mulheres que não integram diretamente o movimento social com o qual têm proximidade.

Glória diz que existe uma busca por esse olhar mais amplo, muito pautado também pelo movimento social, e que é preciso chegar até outras mulheres tanto no ativismo quanto no jornalismo. A proposta “*te obriga a sair totalmente do teu conforto, e o jornalismo, hoje ele tá muito aqui no ar-condicionado, nessa situação né?*” (Glória). A jornalista traz como exemplo uma pauta em que trabalhou sobre a amamentação a partir do questionamento sobre a dimensão que ela tem na vida das mulheres. “*Essa é uma pauta que te coloca em várias encruzilhadas*” (Glória). Os dilemas relatados por ela se referem ao contato que teve com mulheres que defendem a amamentação ininterrupta até os dois anos do filho, ficando afastadas do trabalho por esse período, um grande privilégio de que a maior parte das mulheres não pode usufruir.

O movimento em prol da amamentação, ponto de partida para a construção da matéria, não contempla as especificidades e necessidades de muitas mulheres brasileiras. Assim, a jornalista percebeu as dificuldades de chegar até o enfoque que gostaria, optando por fazer uma série de quatro matérias e explorar ao máximo a questão em distintos contextos. Ela relata que somente no último texto conseguiu chegar mais perto do enfoque que esperava, ao trazer a situação de mulheres que não têm com quem deixar os filhos, pois não encontram uma creche perto do trabalho, ou não conseguem amamentá-los duas vezes por dia até os seis meses, como previsto em lei: “*A mulher que é doméstica e que a patroa não deixa ela levar o filho pro trabalho, ou então que ela leve esse filho pro trabalho e lá ela amamenta nessas condições, e isso é um favor que fazem para ela*” (Glória).

A consideração de que a maternidade impacta de diferentes formas na vida das mulheres é descrita por Glória, que ressalta a importância também de romper com uma visão utilitarista das fontes que ela chama de “*cânones jornalísticos*”: “*Um olhar que você não vai adquirir ligando para a prefeitura para saber, ‘ah, prefeitura, quantas vagas tem na creche?’. Ok, essa é uma informação, é importante, mas a gente precisa ir além disso*” (Glória). Por outro lado, essas tentativas algumas vezes não se concretizam em decorrência da falta de estrutura e de pessoas disponíveis para se dedicarem às pautas, sendo uma proposta considerada por Glória como desafiadora.

Ao mesmo tempo em que existe uma motivação para trazer uma perspectiva mais diversa sobre as mulheres, foi possível observar outros delineamentos interessantes sobre as fontes, que é a relação com mulheres que não dialogam com a perspectiva feminista. Durante a reunião de pauta aberta, no primeiro contato com as jornalistas do portal Catarinas, surgiu o assunto sobre a única vereadora eleita depois de oito anos na Câmara de Vereadores da cidade e que não trabalha com uma bandeira feminista, mas sim pelo direito dos animais, e se isso renderia uma pauta. Em entrevista com Ângela, ela abordou novamente o tema e disse que a situação da vereadora a incomodou muito e que ela achava que era preciso fazer uma matéria sobre as suas bandeiras políticas: “*A minha primeira coisa foi ser impulsiva e falar dessa mulher*”. Em conversa com as outras jornalistas, entendeu que, mesmo falando sobre animais, a vereadora é uma mulher que ocupa um cargo político importante, que historicamente é ocupado por homens. A sua presença ali é representativa, mesmo que não atenda aos ideais esperados pelo feminismo. “*É aí que eu cresço no portal, pela experiência que as meninas têm*” (Ângela).

O diálogo entre as profissionais a partir de um olhar feminista entende que mesmo que não dialoguem com as perspectivas trabalhadas no portal, e, conseqüentemente não sendo vozes privilegiadas nas matérias, essas mulheres não serão *a priori* alvos de críticas por não se posicionarem em relação às lutas

pela desigualdade de gênero. Essa reflexão está nas discussões no âmbito do ativismo de que as mulheres já são suficientemente culpadas pela sociedade sobre suas ações, e os homens, quando em situações semelhantes, são eximidos de qualquer responsabilidade: *“Mesmo as conservadoras, as antifeministas, a gente tem cuidado na forma de expor elas. Não vamos desqualificar porque a gente está juntas, mesmo elas não sabendo”* (Ângela).

A discussão apresentada sobre a vereadora e suas pautas também se relaciona ao espaço para o contraditório, o “ouvir os dois lados”, prática que também se relaciona à busca pela objetividade jornalística. Muitas vezes o espaço ao contraditório é oferecido sem grandes reflexões dos jornalistas, supondo uma garantia de imparcialidade da abordagem e o não favorecimento de apenas um lado, como se as situações cotidianas apresentassem apenas duas perspectivas. Ao contrário, sabe-se que a abordagem está atravessada pelo direcionamento profissional, assim como em todas as escolhas jornalísticas.

*A prática, classificada por Tuchman (1999) como um ritual estratégico – procedimento de rotina que tem pouca relevância no fim procurado, que em última instância é a objetividade jornalística –, foi abordada com as interlocutoras da pesquisa e apareceu frequentemente nas conversas que tivemos. Primeiramente, percebemos um entendimento sobre o espaço ao contraditório como premissa básica para a prática do jornalismo, em oposição ao discurso panfletário característico do movimento social. A questão surgiu pela primeira vez durante a observação participante com Ângela, quando ela falava sobre a necessidade de trazer o contraditório para a pauta em andamento, destacando a diferença do trabalho feito por ela no portal com o desempenhado no jornalismo sindical: “Na faculdade nos dizem para ser imparcial. No sindicato só damos um lado, dizendo que em uma reunião com dez pessoas tem 50. No portal pensamos no outro lado, na melhor maneira de tratar sobre a situação. Acho que isso é o jornalismo. . .”* (Ângela). *“Ponderar sobre o contraditório, refletindo sobre as consequências desse outro lado, é entendido como a forma de se fazer jornalismo”* (Diário de campo).

Ângela também falou sobre o fato delas terem um posicionamento que não é escondido no conteúdo, não impedindo a escuta desse outro lado, chamado por ela de *“diferente”*. A motivação é mostrar as divisões existentes sobre o tema tratado. Entendemos que abordar os antagonismos e disputas de sentido existentes na sociedade faz com que a pretensa estabilidade social construída muitas vezes pela imprensa seja abalada. Por outro lado, questionamos se não existe a busca por esse contraditório apenas para atender ao que se convencionou

como um dever do jornalismo, e se a existência do portal já não figura como o contraditório nas disputas de sentidos sobre as temáticas abordadas por elas.

Nas próximas falas, vamos compreendendo outras motivações das jornalistas e percebendo o entendimento de que o viés defendido por elas continua presente ao abordar as vozes divergentes: *“Até as perguntas que a gente elabora para esse outro lado vem cheio do nosso contexto, do que a gente pensa, do que a gente acredita. E isso a gente não esconde em nenhum momento, eu acho”* (Ângela).

Para Raquel, percebemos que a prática está perpassada por uma questão ética muito bem delineada e recomendada às outras jornalistas. O contraditório defendido pela profissional não se refere à busca por opiniões divergentes sobre os temas e que poderiam, por exemplo, significar a busca por setores conservadores para tratar de pautas feministas. Percebemos que a intenção está relacionada com garantir o direito de que as pessoas implicadas diretamente na matéria tenham espaço para suas versões, principalmente nas notícias com maior teor de denúncia.

A perspectiva das jornalistas, ao mesmo tempo em que as aproxima de certos grupos, dificulta o contato com fontes mais institucionais. Ângela relata que em algumas pautas existe a busca por fontes oficiais mencionadas na notícia, mas algumas optam por não falar com as profissionais do portal devido à visão que têm do trabalho delas, como aconteceu com a Polícia Militar em uma pauta sobre agressão às jornalistas mulheres: *“A gente fez contato com a polícia pedindo informação, e no outro dia a gente cobrou e eles não deram mais retorno. Porque também tem isso, de onde você está falando, para quem você vai falar”* (Ângela).

Nos casos em que as pessoas implicadas na matéria consentem com a entrevista, percebemos que a prática de escutar o outro lado não está tão relacionada com um ritual estratégico ligado à objetividade, mas a uma estratégia para apontar as incoerências dos discursos proferidos. Nas pautas em que Patrícia trabalha sobre o aborto também é possível observar esse movimento. A jornalista pondera que existem casos e casos, e que o contraditório pode ser entendido na articulação entre o feminismo e o jornalismo: *“Não coloco padre pra falar na minha matéria. Assim, se tá numa audiência eu coloco uma fala que ele fez na audiência, mas eu não vou ligar para padre para falar sobre direito à vida”* (Patrícia). Para Patrícia, as mulheres ativistas pela legalização do aborto já falam sobre o direito à vida, e o discurso de um padre não teria sentido: *“O contraditório é a gente trazer essas mulheres que não estão falando na mídia tradicional”*.

Essa prática jornalística descrita por Patrícia indica uma visão mais ampla, de que certos discursos já circulam hegemonicamente na sociedade, e que não seria o trabalho delas ratificar essas formas de entender o tema. Nesse sentido, a perspectiva de gênero estaria presente na prática jornalística na seleção das fontes, demarcando quem tem legitimidade para falar.

*. . . eu deslegítimo como contraditório a fala de um padre. Ele não tem legitimidade pra mim, a mesma legitimidade que ele tem lá nos jornais da mídia tradicional, e eu acho que aí entra a perspectiva de gênero. Isso é a perspectiva de gênero, é tu deslegitimar certas fontes que para a mídia tradicional são muito importantes. . . . Numa eventualidade talvez seja importante colocar pra trazer as contradições daquela fala, né, como uma igreja que defende a vida em certas circunstâncias; algumas vidas, não todas. (Patrícia)*

Sobre as mulheres enquanto fontes privilegiadas, foi possível perceber a busca por uma diversidade, na tentativa de ultrapassar o círculo do ativismo, mas também as dificuldades dessa proposta. Empenhar-se em outros enfoques demanda renunciar a um certo “conforto”, relacionado a fontes que dialogam com as jornalistas nas suas práticas ativistas e estão, conseqüentemente, mais disponíveis para entrevistas. Ao propor ampliar os olhares e vozes valoriza-se o potencial do jornalismo feminista, demonstrando que os temas trazidos impactam de diferentes formas na vida de diferentes mulheres.

Outra percepção que indica uma subversão na lógica jornalística tradicional é o cuidado das jornalistas com as fontes. Elemento essencial do jornalismo, “o furo” pode ser considerado um dos mitos mais compartilhados pela cultura jornalística. O furo enquanto algo a ser conquistado é fator relacionado tanto à concorrência entre os jornalistas e veículos quanto à mitologia do jornalista enquanto um grande “caçador” (Traquina, 2008). Por outro lado, se analisarmos pelo prisma de gênero, como destacado por Veiga da Silva (2014), a valorização dessa prática está também ligada à sua atribuição a características masculinas, ao lado de outras como impacto, denúncia e força, em que o jornalista é o “furador”, o “caçador”, o “investigador”, de uma norma masculinista de disputa, competitividade, proatividade, autoridade-autoritária e de dominação: “Tais valores incidem nas relações de poder e na hierarquia das redações, uma vez que se aproximam do poder e do prestígio os profissionais que reúnem os atributos convencionados como masculinos. . .” (Veiga da Silva & Marroco, 2018, p. 35).

A partir disso, percebemos desde os primeiros contatos com as jornalistas do Catarinas que a busca pelo furo é algo desvalorizado entre elas, não figurando como uma meta. Essa posição é influenciada pela estrutura que têm para a realização das matérias, aceitando que não teriam condições de concorrer com outros veículos com maior número de profissionais e recursos. Além disso, e principalmente, o cuidado com as fontes é outro valor defendido e que implica no posicionamento de não buscar o furo.

Ângela diz que uma das primeiras coisas que aprendeu quando entrou no portal foi que não existe uma busca pelo furo jornalístico, pois “a gente enquanto

*jornalista é muito impulsiva em querer saber detalhes das coisas e querer saber de primeira mão a informação para passar para todo mundo*” (Ângela). Para ela, a atuação que deve ser buscada é pela construção de notícias embasadas, que tragam uma pluralidade de ideias e o máximo de detalhes possíveis. Glória também considera que a concorrência é algo muito forte na cultura do jornalismo, e que não é fácil renunciar a ela: *“O Diário vai largar a matéria deles, a nossa é outra matéria, as nossas fontes, a nossa profundidade, a nossa perspectiva, é outra matéria. Então não estamos concorrendo com eles”* (Glória).

A especificidade da prática que resulta em um conteúdo diferenciado fica nítida na concepção das jornalistas sobre o próprio trabalho; suas vivências dentro do movimento feminista estão imbricadas na reflexão ética sobre o jornalismo, principalmente em relação às suas fontes. Percebemos isso quando Raquel diz que é preciso ter sensibilidade para não explorar a dor que as pessoas estão enfrentando em algumas situações delicadas, e que o(a) jornalista que explora isso é comparado(a) a um “abutre”, animal que se alimenta de carniça.

O posicionamento de não ser uma jornalista abutre e não ter como valor o furo jornalístico se reflete em uma postura ética, que é o cuidado com as fontes. Consideramos essa uma preocupação importante, no sentido de não sobrepor o interesse jornalístico à sua responsabilidade com as possíveis consequências dessa entrevista. A proteção defendida por elas faz com que busquem recursos para minimizar a exposição, dialogando com a posição ativista que têm: *“Essa perspectiva de olhar também com ativismo, ela aparece nas situações de tentar entender e buscar a proteção da fonte em algumas situações”* (Glória).

Outras situações parecem ser ilustrativas para as jornalistas no que se refere ao tratamento com as pessoas envolvidas em situações que seriam de interesse para a cobertura do portal. Nesses casos, o interesse jornalístico não foi o valor priorizado, o que consequentemente fez com que a pauta fosse derrubada para não prejudicar os envolvidos, embora sejam decisões doloridas. *“A gente já trabalhou bastante a matéria e chega um momento da gente verificar que não é isso, que essa matéria vai ter um efeito e esse efeito sobre a vida dessa pessoa não vai colaborar para que essa situação mude. . .”* (Glória).

O viés humano da abordagem defendido pela jornalista indica, além do cuidado com o outro, a consideração de que quando estão sob forte emoção, as pessoas não conseguem formular bem as suas respostas. Glória expõe isso ao afirmar: *“A gente vai derrubar mesmo que ela só fale com a gente; ela não está em condições psicológicas, a pessoa já foi bombardeada pela imprensa e nas redes sociais. . .”* Essa atuação muitas vezes extrapola a simples relação entre jornalista e fonte, o que consideramos também ser uma marca da imbricação entre o jornalismo e as práticas do ativismo no movimento feminista.

A proximidade de muitas das pautas abordadas por elas com questões específicas de gênero, como defendemos, não prejudica as suas avaliações sobre os casos, mas as potencializa. Ao não priorizarem o furo jornalístico e sim o cuidado com as fontes, percebemos ainda que existe a valorização de atributos ligados ao feminino, como o cuidado e a proteção. Essa oposição aos valores masculinistas mais tradicionais do jornalismo é chamada por Veiga da Silva e Beatriz Marroco (2018) de subversão das lógicas moderno-positivistas-masculinistas do jornalismo.

### **ATIVISTAS E JORNALISTAS: A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO FEMINISTA E A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA**

A relação do jornalismo com outros campos sociais sempre foi ambígua. A matéria-prima da produção de notícias está em instituições, organizações e grupos sociais, sendo indispensável para o fazer jornalístico manter relações de confiança com esses grupos a fim de acessar informações necessárias à sua prática. Por outro lado, o campo está inserido também em uma arena de disputa por visibilidade, demandando negociações constantes entre os interesses jornalísticos e os das fontes. Essas relações implicam no funcionamento do campo jornalístico e na condição de operar sob a pressão constante de diversos campos de forças (McQuail, 2012).

No jornalismo tradicional, as principais influências de poder são as instituições sociais que detêm maior poder social, como o governo, empresários e integrantes do legislativo e judiciário, normalmente os principais anunciantes dos veículos. A especificidade do portal Catarinas, por nascer do movimento social e não dispor de anúncios publicitários, e que é “*o próprio movimento de alguma forma*” (Raquel) não o torna imune a pressões e influências, mas a origem delas é diferenciada, sendo exercidas principalmente pelo próprio movimento social. A demarcação da autonomia delas enquanto jornalistas pode ser considerada um dos principais desafios enfrentados, como demonstraremos a seguir.

Além da atuação ativista no movimento feminista, que figura como base para a construção jornalística delas, as fontes desse mesmo movimento são as vozes privilegiadas, fornecendo não apenas informações, mas também atuando como conselheiras, auxiliando na abordagem de certos assuntos. Nesse aspecto, o contato próximo é considerado positivo, pois facilita o acesso a informações, muitas vezes em primeira mão, mas demanda uma série de responsabilidades.

Patrícia considera que existe uma cobrança maior por esse afastamento jornalístico em relação ao portal ou outros veículos que estão próximos aos movimentos sociais, perpassada pela questão da objetividade jornalística,

mas normalmente esse mesmo tipo de questionamento não é feito para a mídia hegemônica, que também é muito próxima de suas fontes: “*A Globo também é ativista. Tem relação com grupos empresariais, uma relação forte com essas pessoas, mas o ativismo é visto como coisa de quem não tem grana*”, pondera Patrícia ao observar o discurso de isenção defendido pelos grandes veículos.

Percebemos que as posições das jornalistas do portal são mais transparentes aos públicos, pois reconhecem que a proximidade com certos atores sociais faz parte da profissão, mas que existe um movimento de aproximação e distanciamento. Assim, o trabalho delas não consiste em ser uma assessoria de imprensa de certos grupos, embora as pautas trazidas por eles sejam de grande importância para a manutenção da iniciativa jornalística.

Glória destaca ainda a importância de atuar de forma pedagógica para que outros atores da militância compreendam melhor o jornalismo: “*A gente fica tentando ter aquele distanciamento, que ora você ajuda, dá aquela mãozinha, ‘oh, companheiro, vamos lá’, e ora a gente se distancia para dizer que a gente está aqui para fazer jornalismo*” (Glória).

Uma das alternativas na busca por separar a atuação no ativismo e o trabalho jornalístico foi a criação de uma associação, que, além delas, é composta por outras mulheres que atuam em projetos que fogem do escopo jornalístico, como a construção de mobilizações com o movimento social e nas questões administrativas e burocráticas. Além das questões de manutenção do portal, a associação nasceu com o intuito de demarcar a autonomia jornalística, para evidenciar que, mesmo certas pautas estando alinhadas com o escopo trabalhado no portal, o enquadramento será definido a partir de preceitos éticos e práticas da profissão valorizados por elas, não sendo necessariamente o mesmo defendido pelo movimento.

A objetividade jornalística foi um dos temas abordados espontaneamente pelas integrantes do portal ao longo das conversas que tivemos. Faz-se necessário destacar que, embora só tenhamos questionado sobre o fundamento em duas perguntas feitas durante a etapa de entrevista em profundidade, as jornalistas estavam cientes do tema desta pesquisa e, assim, atribuímos que mesmo sem serem diretamente indagadas sobre o assunto dirigiram suas falas para auxiliar na elaboração do trabalho. Ao mesmo tempo, consideramos que, ao apresentar as inquietações do problema de pesquisa, incitamos certa reflexão nas jornalistas sobre o trabalho que vêm desempenhando, como no questionamento de Raquel, anteriormente destacado, que reflete se elas realmente promovem uma ruptura em relação aos cânones e práticas jornalísticas.

Embora em algumas circunstâncias descritas acima estejam presentes considerações idealizadas sobre o jornalismo, na prática a visão delas não parece ser ingênua, principalmente quando afirmam que escutar o “outro lado” muitas

vezes é positivo para reforçar a perspectiva defendida pelas próprias jornalistas. Esse entendimento parece considerar que os direcionamentos e interpretações dos profissionais estão sempre presentes na prática jornalística e que o recurso também serve para demonstrar a incongruência dos discursos contrários.

A credibilidade do portal para seu público, pelo que compreendemos, é perpassada pelo atendimento às regras mais canônicas da profissão ou ao que entendem ser a ética jornalística, relacionada tanto à qualidade da apuração e ao aprofundamento das matérias quanto à garantia de que as pessoas implicadas na notícia devem ter espaço para trazer as suas versões. Valorizando essa ética jornalística, a autonomia do portal deve ser mantida, como ficou bem ilustrada nas tensões com o movimento social.

Patrícia posiciona-se abertamente em relação à legitimação de certas vozes e à deslegitimação de outras, como no exemplo de não procurar um padre para falar sobre direito à vida no tema sobre aborto. Isso porque a ideologia defendida pela Igreja ao criminalizar o aborto leva as mulheres à morte, o que é considerado concreto, objetivo, repleto de estatísticas e pareceres de especialistas, sendo divergente da maioria das abordagens trazidas pelo jornalismo tradicional. O que é objetivo para a jornalista não o é para boa parte da mídia tradicional, demonstrando que a objetividade é sempre contextual e situacional. É sobre esses dados e casos concretos que a cobertura sobre a temática se estabelece no portal, privilegiando tanto a apuração quanto a interpretação.

Outro entendimento é trazido por Glória, que considera que, diante de um contexto capitalista, o que se configurou como pauta jornalística está muito atrelado à manutenção do *status quo* e que a objetividade está relacionada ao que se convencionou como importante para ser abordado. Assim, elas tentam construir alternativas, mesmo sem ter modelos prontos, “*E é saudável não ter modelos*” (Glória).

*Quando a gente lida com pautas que não foram experimentadas, a gente lida com nuances que não se colocam ali, e, portanto, a gente precisa experimentar. . . . Por isso que eu digo, é o laboratório mesmo, é o exercício. Então, eu acho que a gente tem esse desafio e esse abalo das estruturas desde a escolha das pautas até a produção. . . (Glória)*

A jornalista considera que existe um movimento de subversão por parte do portal em todas as etapas do trabalho jornalístico, embora ainda como um exercício, principalmente pelas nuances que surgem nas pautas e que não costumam aparecer nos enfoques tradicionais. Ela complementa afirmando que é muito avessa ao conceito de objetividade: “*Se a gente tem que preservar alguns cânones para caber dentro dessa caixinha do jornalismo, eu acho que*

*a gente vai preferir outros” (Glória). Ela destaca quais outras metas prefere: “Eu acho que a gente vai preferir a multiplicidade das fontes, que também é um desafio, vai preferir contar a história da forma mais fiel que a gente puder, com os elementos que a gente tiver”. Uma objetividade mínima, contudo, é necessária, para que o texto escrito seja compreensível e possa ser entendido também por pessoas que estão fora do espaço ocupado por elas e possivelmente não compartilham dos mesmos valores, como garantia de efetivar a comunicação. Por fim, ela destaca a valorização da subjetividade: “É juntamente nas nuances subjetivas que a gente busca as nossas pautas. São as pautas que não estão ali colocadas e nas abordagens que não necessariamente são feitas, ele nasce da subjetividade, eu diria. . .” (Glória)*

Ao analisar as respostas, consideramos que existem movimentos de subversão, principalmente nas relações que elas estabelecem com as fontes, assim como na valorização das nuances subjetivas e da aposta em abordagens e enquadramentos que diferem dos tradicionais, ou do “enquadramento interpretativo dominante” (Ponte, 2009, p. 209), não estando eles cristalizados e muito menos relacionados à reprodução de um senso comum. A objetividade, defendida por algumas delas e problematizada por outras, não demonstra ser compreendida como um método para garantir a imparcialidade e neutralidade das notícias, pois o jornalismo que praticam é abertamente posicionado.

É no atendimento às técnicas da profissão, principalmente no padrão do texto, como a construção do lead, utilização de aspas nas falas dos entrevistados, assim como uso da linguagem referencial, concisa e clara, que se pode verificar, a partir de suas respostas, maior enquadramento tradicional. Já na seleção e abordagem das pautas, fica evidente um enquadramento próprio, fundamentado em matrizes interpretativas distintas às das mídias hegemônicas. Percebemos que o uso de práticas consolidadas no campo está relacionado tanto ao compartilhamento de uma cultura profissional, trazida pela formação e pela experiência profissional, quanto a uma legitimação do trabalho que desempenham.

Ao tratarem de temáticas que costumam estar em disputa na sociedade, acreditam que é preciso justificar suas escolhas, principalmente a partir do que chamam de “dados concretos”. Cabe destacar que os valores já cristalizados na sociedade não precisam ser justificados constantemente, pois são considerados “a verdade”. Assim, a aposta na construção de uma objetividade pode indicar a tentativa de validar os discursos alternativos que elas se dedicam a pôr em circulação a partir do jornalismo que praticam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA OBJETIVIDADE FEMINISTA NO JORNALISMO

A partir das considerações trazidas nas categorias da pesquisa discutidas neste artigo, sustentamos que o posicionamento das profissionais enquanto jornalistas e feministas possibilita que elas tragam outras versões da realidade, de forma mais responsável, sobre os temas que trabalham. Para Haraway (1995), é nosso papel enquanto feministas insistir em uma explicação melhor do mundo, mais adequada, rica, de modo que se possa viver bem nele. Em contrapartida, a construção de uma identidade enquanto jornalistas e feministas não acontece de forma estável e coerente, demonstrando aspectos contraditórios, fragmentados e deslocados (Hall, 2000). Afinal, as posições de sujeito nunca são fixas, sendo variáveis, múltiplas, em constantes tensões e sujeitas a revisões.

Esse contínuo movimento pode ser percebido na reafirmação de certos modelos entendidos como indispensáveis ao jornalismo, em consenso com uma identidade jornalística compartilhada dentro da cultura profissional, ao mesmo tempo em que submetem essas mesmas práticas a críticas e ressignificações, motivadas pelas suas perspectivas feministas e em oposição à forma de atuação da mídia hegemônica.

Ao longo do campo da pesquisa, foram diversos os momentos em que percebemos as negociações e renegociações, algumas delas destacadas neste artigo, que demonstraram uma prática jornalista em direção à construção de uma objetividade feminista jornalística, sempre provisória e submetida a constante debate e reflexão. Ao refletirem sobre os cânones defendidos ou contestados, sobre os limites da sua atuação e sobre o impacto das notícias que publicam na vida das fontes, as jornalistas do portal demonstram que não pretendem chegar a respostas definitivas, mas à valorização da construção permanente e coletiva.

A possibilidade de existência de uma objetividade feminista no jornalismo, a partir da análise realizada, aponta para direcionamentos provisórios, a partir do exercício de reflexão constante tanto sobre os enquadramentos das notícias quanto sobre a relação com as fontes. A responsabilização pelo impacto do trabalho que realizam também ficou nítida, indicando assim os limites e potencialidades do jornalismo para apreender a complexidade social. A objetividade que permeia a prática jornalística do portal não despreza a subjetividade, mas a valoriza ao apostar nas nuances subjetivas que são inerentes ao trabalho delas. Como as jornalistas bem destacam, o posicionamento delas nas abordagens é explícito, não existindo o intuito de camuflar a perspectiva que defendem. A prática feminista no jornalismo demonstrou ser perpassada ainda pela aposta de conexão entre mulheres com diferentes localizações, tanto em relação às fontes quanto entre as próprias jornalistas, mas que compartilham de uma mesma proposta transformadora. Objetividade então diz respeito ao engajamento, assumindo os

riscos de cada escolha. Afinal, como afirma Haraway (1995), somos imperfeitas e (graças às deusas) não estamos no controle do mundo. ■

## REFERÊNCIAS

- Alcoff, L. (1994). Cultural Feminism Versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. In N. Tuana & R. Tong (Eds.), *Feminism and Philosophy: Essential Readings in Theory, Reinterpretation and Application* (pp. 405-436). Westview Press.
- Bergamo, A., Mick, J., & Lima, S. (2012). Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país. <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>
- Bogado, M. (2018). Rua. In H. Buarque de Hollanda (Org.) *Explosão feminista* (2a ed., pp. 23-42. Companhia das Letras.
- Butler, J. (2015). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Chaer, S. (2007). Transversalización del enfoque de género. In S. Chaer & S. Santoro (Comps.), *Las palabras tienen sexo: Introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Artemisa Comunicación Ediciones.
- Costa, J. G. (2018). *Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Costa, I. B. (2022). *Coletivos Feministas no Instagram: Análise do Feminicídio (Argentina) e do Portal Catarinas (Brasil)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Demeneck, B. -H. (2009). *Objetividade Jornalística: O debate contemporâneo do conceito*. [Dissertação de Mestrado, Universidade federal de Santa Catarina].
- Duarte, J. (2015). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2a ed., pp. 62-83). Atlas.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Editora UnB.
- Gomes, W. (2009). *Jornalismo, fatos e interesses: Ensaio de teoria do jornalismo*. Insular.
- Gustafson, J. (2019). *Jornalistas e feministas: A construção da perspectiva de gênero no Jornalismo*. Insular.
- Hackett, R. A. (1999). Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Vega.
- Hall, S. (2000). Quem precisa da Identidade. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 103-133). Vozes.

- Hall, S., Critcher, C., Jeffeson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: O mugging nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (pp. 224-248). Vega.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Jornalismo Catarinas: Reportar para desconstruir. (2016, 28 de julho). *Catarinas*. <https://catarinas.info/jornalismo-catarinas-reportar-para-desconstruir/>
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17-23. <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>
- McQuail, D. (2012). *Atuação da mídia: Comunicação de massa e interesse público*. Porto Penso.
- Medina, C. (2008). *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. Summus.
- Meditsch, E. (2001). Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>
- Moita Lopes, L. P. (2006). “Falta homem até pra homem”: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In V. M. Heberle, A. C., Ostermann & D. C. Figueiredo (Orgs.), *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos* (pp. 131-157). UFSC.
- Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipelago.
- Popadiuk, B. M. & Woitowicz, K. J. (2021). *A perspectiva de gênero e militância nos portais jornalísticos Gênero e Número, Portal Catarinas e Revista Azmina*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, Florianópolis, SC, Brasil.
- Peixoto, C. N (2019). Portal Catarinas: Estudo de caso de Jornalismo de Novo Tipo. *Vozes & Diálogo*, 18(1), 47-60. <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/14723>
- Peruzzo, C. M. K. (2015). Observação participante e pesquisa-ação. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2a ed., pp. 125-145). Atlas.
- Ponte, C. (2009). Os jornalistas como “comunidade interpretativa transnacional”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 6(1), 143-159. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n1p143>

- Sardenberg, C. (2001). Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: A. A. Costa & C. Sardenberg (Orgs.), *Feminismo, Ciência e Tecnologia* (pp. 89-120. UFBA.
- Silva, F. E. S. (2019). *Jornalismo feminista: uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Scott, J. (1995). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)
- Traquina, N. (2008). *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística: Uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.
- Travancas, I. (1992). *O mundo dos jornalistas* (3a ed). Summus.
- Tuchman, G. (1999). A objetividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Vega.
- Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias*. Insular.
- Veiga da Silva, M. (2015). *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Veiga da Silva, M., & Marroco, B. (2018). O feminino no “livro de repórter”: Uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalística. *Brazilian Journalism Research*, 14(1), 30-55.
- Vinhote, A. L., Agnez, L., & Sconetto, R. (2016). A presença feminina na mídia independente: Análise de representatividade na Agência Pública e Mídia NINJA. *Revista Comunicação, Cultura e Sociedade*, 7(7), 20-31.
- Wolf, M. (1994). *Teorias da Comunicação*. Presença.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Bookman.

---

Artigo recebido em 27 de setembro de 2022 e aprovado em 02 de março de 2023.